CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dino leva para o STF investigação sobre suspeitas de fraudes em contrato de wi-fi da Prefeitura de São Paulo

Fonte original: Brasil 247. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Brasil 247 (brasil247.com)
Autor	Guilherme Levorato
Data de publicação	11/09/2026 13:50
URL original	https://www.brasil247.com/sudeste/dino-leva-para-o-stf-investigacao-sobre-suspeitas-de-fraudes-em-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sao-paulo/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Flávio Dino, Débora Gomes Feldman, André Feldman, Ricardo Nunes, Mário Frias, Karina da Gama, Jair Bolsonaro
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Supremo Tribunal Federal, Academia Nacional de Cultura (ANC), Google
Data da coleta	29/09/2026 10:06
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 05:07
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• - Complexsys Soluções Integradas Ltda.: efetuou repasses nos valores de R$ 2.626.949,69 e R$ 1.308.986,33;

• Os empresários André Feldman e Débora Gomes Feldman (proprietários da Complexsys e da Fastfuture) e William Silva Ferreira (dono da Ultra IP) foram alvos de mandados de busca e apreensão da Polícia Federal e estão proibidos de deixar o país.

• A empresa Complexsys declarou que a ação policial comprovará que os valores recebidos foram empregados exclusivamente na manutenção da rede de internet da capital paulista, sem qualquer vinculação com o custeio da produção cinematográfica investigada, citando ainda auditoria independente anexada aos inquéritos.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Brasil 247

RESUMO

247 – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou a abertura de um inquérito exclusivo na Polícia Federal para investigar o contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), voltado à prestação de serviços de conexão wi-fi na periferia da capital paulista. O prefeito afirmou que, caso a interpretação do STF exigisse, romperia o contrato anual de R$ 108 milhões com o ICB.

247 – O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, determinou a abertura de um inquérito exclusivo na Polícia Federal para investigar o contrato firmado entre a Prefeitura de São Paulo e o Instituto Conhecer Brasil (ICB), voltado à prestação de serviços de conexão wi-fi na periferia da capital paulista. Na mesma decisão, que se encontra sob sigilo judicial, o magistrado determinou que a Polícia Civil do Estado de São Paulo transfira para a Suprema Corte as investigações estaduais que envolvem a organização não governamental vinculada à empresária Karina da Gama, além de ordenar a suspensão imediata de quaisquer repasses do Poder Público para a entidade.

De acordo com o ministro Flávio Dino, a centralização do processo no STF fundamenta-se na conexão direta identificada pelas autoridades entre as apurações estaduais sobre os contratos do ICB e as investigações federais que apuram o desvio de emendas parlamentares. Uma vez que o caso envolve o deputado federal Mário Frias (PL-SP), detentor de foro por prerrogativa de função, e diante dos fortes indícios de que os fatos integram uma mesma engrenagem de desvio e lavagem de dinheiro, a Suprema Corte assumiu a condução do caso para garantir a unicidade do processo.

A manobra financeira e a triangulação de R$ 6,1 milhões

O relatório da Polícia Federal que serviu de base para a determinação de Flávio Dino aponta a existência de uma triangulação financeira que alcança ao menos R$ 6.175.273,64 entre empresas e entidades vinculadas a Karina da Gama. Segundo os levantamentos da PF citados na decisão, valores que saíam do Instituto Conhecer Brasil — detentor de um contrato de R$ 157 milhões com a administração municipal paulistana — eram repassados a empresas terceirizadas e, posteriormente, retornavam para outra

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

entidade controlada pela empresária: a Academia Nacional de Cultura (ANC), uma organização social da cultura. Ambas as entidades funcionam no mesmo endereço, no bairro dos Jardins, em São Paulo.

O esquema utilizava, segundo os investigadores, companhias contratadas para a prestação de serviços na rede de wi-fi paulistana. O levantamento detalha os seguintes repasses efetuados pelas prestadoras para a ANC:

- Complexsys Soluções Integradas Ltda.: efetuou repasses nos valores de R$ 2.626.949,69 e R$ 1.308.986,33;

- Ultra IP Tecnologia e Serviços Ltda.: repassou R$ 1.336.201,50;

- Fastfuture Tecnologias Emergentes Ltda.: transferiu R$ 603.136,12;

- Distribuidora de Produtos LMS Ltda.: realizou repasse de R$ 300.000,00.

“A ANC aparece repetidamente como destinatária de recursos provenientes de diferentes empresas financiadas pelo ICB. (...) As movimentações narradas apresentam fortes indícios de retorno dos recursos públicos pagos ao ICB para a esfera de disponibilidade dos próprios responsáveis pela OSC [organização social da cultura], com potencial caracterização de desvio e contornos de lavagem de dinheiro”, destacou Flávio Dino no documento. Os empresários André Feldman e Débora Gomes Feldman (proprietários da Complexsys e da Fastfuture) e William Silva Ferreira (dono da Ultra IP) foram alvos de mandados de busca e apreensão da Polícia Federal e estão proibidos de deixar o país.

Posicionamento da gestão municipal e repercussão

Antes do anúncio da decisão de Flávio Dino, o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), declarou que acionaria o STF para esclarecer se as medidas cautelares impostas na operação contra a produtora do filme Dark Horse — que trata da trajetória de Jair Bolsonaro (PL) — se aplicavam a contratos já celebrados. O prefeito afirmou que, caso a interpretação do STF exigisse, romperia o contrato anual de R$ 108 milhões com o ICB.

“Importante dizer que o contrato foi assinado depois de uma licitação que ficou aberta 30 dias. Tudo dentro da lei. Nós temos 3200 pontos na cidade que estão funcionando plenamente e os serviços [do ICB] estão sendo prestados. (...) Se a empresa realmente não puder ter mais contrato com ninguém, com uma decisão sem verificar antes se ela [Karina da Gama] é culpada ou se ele [Flávio Dino] vir com uma criminalização antecipada, a gente vai ter que romper o contrato. E deixar de ter 3200 pontos de wi-fi nas comunidades e favelas”, afirmou Nunes.

O prefeito destacou que a Controladoria Geral do Município (CGM) acompanha as apurações e ressaltou que a prestação de contas da entidade do ponto de vista formal está regular. Confrontado sobre as suspeitas da PF de lavagem de dinheiro por meio do contrato e sobre a compra de um veículo por Karina da Gama no valor de R$ 100 mil em dinheiro vivo — operação reportada pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) —, Nunes argumentou: “Absolutamente ninguém está acima da lei. Nem prefeito, nem jornalista, nem juiz. Se alguém cometeu algum erro, tem que pagar pelo erro que fez”.

Em nota oficial, a Prefeitura de São Paulo “repudia qualquer tentativa de criar relações entre projetos e programas do Município e a produção cinematográfica do filme sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro”, ressaltando que a obra cinematográfica não recebeu verbas municipais. A gestão sustentou a legalidade do programa Wifi Livre, afirmando que o custo atual de manutenção por ponto é de R$ 1.280,80, valor inferior aos R$ 8.899,13 praticados em gestões anteriores.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Manifestação das defesas

A defesa de Karina da Gama informou ter ajuizado uma reclamação constitucional no STF com o objetivo de assegurar o devido processo legal e a competência do juiz natural, salientando que a cliente já havia entregue espontaneamente mais de 20 mil páginas de documentos à Polícia Federal para demonstrar boa-fé.

A empresa Complexsys declarou que a ação policial comprovará que os valores recebidos foram empregados exclusivamente na manutenção da rede de internet da capital paulista, sem qualquer vinculação com o custeio da produção cinematográfica investigada, citando ainda auditoria independente anexada aos inquéritos.

❗ Se você tem algum posicionamento a acrescentar nesta matéria ou alguma correção a fazer, entre em contato com .

✅ Receba as notícias do Brasil 247 e da TV 247 no Telegram do 247 e no canal do 247 no WhatsApp.

Marque o Brasil 247 como fonte preferida no Google:

Apoie o jornalismo independente do 247:

Emendas Parlamentares | STF | flávio dino | mário frias | são paulo

Fonte original: https://www.brasil247.com/sudeste/dino-leva-para-o-stf-investigacao-sobre-suspeitas-de-fraudes-em-contrato-de-wi-fi-da-prefeitura-de-sao-paulo/ · Coletado em 29/09/2026 10:06 · Gerado em 29/11/2026 00:09

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.